

# **A CONSTRUÇÃO DE ACORDOS COLETIVOS EM TORNO DOS RECURSOS AMBIENTAIS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL.**

Ana Louise de Carvalho Fiúza  
Maria Luiza Dias Fernandes  
Neide Maria de Almeida Pinto  
Sheila Maria Doula

## **1 Introdução**

A relação do homem com a natureza sempre obedeceu a uma moralidade tecida a partir de condições sociais específicas a um contexto histórico determinado. A Nova Economia Institucional (NEI) aceita este pressuposto, defendendo que os valores e padrões morais que direcionam os usos dos indivíduos acerca dos recursos naturais estão em consonância com normas informais, profundamente enraizadas em nossos modelos mentais, legitimando as práticas econômicas dos indivíduos, BUENO (s.d.). Assim, a (NEI) pode nos ajudar a compreender os acordos coletivos estabelecidos pelos indivíduos, identificando o tipo de referência valorativa em que se sustentam. Em determinados contextos tais acordos expressam a valorização de práticas meritocráticas, que enaltecem a competência dos indivíduos na busca eficiente de seus fins, enquanto em outros contextos este princípio que resulta em eficiência econômica é desprezado, justamente por diferenciar os indivíduos e promover o destaque dos mais efetivos. Segundo a (NEI) para entendermos as bases que fundamentam os acordos coletivamente estabelecidos pelos indivíduos não podemos deixar de identificar a matriz institucional de uma determinada sociedade, a qual é constituída de regras e normas formais e informais.

Procuramos neste artigo destacar os modelos mentais presentes nos acordos coletivamente estabelecidos em torno dos recursos naturais existentes em territórios rurais demarcados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no início dos anos 2000. Analisamos as práticas de uma instituição criada dentro dos territórios, o colegiado, voltados para organizar a gestão dos recursos socioambientais nele existentes. Ao analisarmos as práticas instituídas em tais colegiados, percebemos que

elas se fundamentam em um modelo de ecologismo, que estabelece a sua crítica ao modelo produtivo capitalista, revelando toda a aversão aos princípios meritocráticos e de eficiência produtiva. No discurso agroecológico, presente nos colegiados destes territórios do MDA impera uma lógica com base nos pressupostos do *ascetismo extramundano*<sup>1</sup>, que condena as formas de intervenção na natureza, pautadas pela racionalidade técnico-científica, em virtude das mesmas serem vistas como podendo contaminar as práticas camponesas. Desta forma, nos colegiados dos territórios delimitados pelo MDA os acordos coletivos envolvem apenas camponeses, deixando fora do Colegiado empresários, comerciantes, agroindústrias, que atuam em tais territórios, mas que são concebidos como atores perniciosos em função de alimentarem princípios de eficiência econômica próprios do capitalismo. Desta forma, estes segmentos da esquerda, presentes em tais colegiados, constroem os seus acordos coletivos em torno dos recursos ambientais de forma setorializada<sup>2</sup>, tentando preservar os grupos “nativos” a salvo do contato com empresários e comerciantes dos setores secundário e terciário da economia.

A crítica agroecológica presente nestes colegiados territoriais atinge sobremaneira o modelo de inovação tecnológica, típico do capitalismo, ao classificá-lo como descaracterizador dos conhecimentos e práticas autóctones. Neste sentido, é importante percebermos que, também, os direcionamentos tecnológicos, agroecológicos ou técnico-científicos, se sustentam em matrizes discursivas, ou seja, em “estilos de pensamento”. Segundo Manheim (1986, p.104), estilos de pensamento descrevem diferentes modos de olhar as coisas e podem ter um caráter *conservador* ou *progressista*<sup>3</sup>, ou mesmo,

---

<sup>1</sup> Estamos utilizando o conceito de “ascetismo extra-mundano”, no sentido weberiano, entendendo-o como um princípio disciplinador das condutas que repele as formas de intervenção no mundo, em prol da contemplação. No caso, em questão, a mínima intervenção possível na natureza, ou aquela que estabeleça de forma sustentável, respeitando o ritmo da vida nativa, seus saberes e suas práticas.

<sup>2</sup> O termo setor aqui se refere à divisão da economia. O setor primário relacionado às atividades agrícolas, o secundário às da indústria e o terciário ao comércio. As práticas setorializadas são aquelas marcadas pelo fechamento em um único setor, no caso, o primário, dificultando a possibilidade de ações intersetorializadas.

<sup>3</sup> A utilização dos conceitos “progressista” e “conservador” está fortemente impregnada de uma carga valorativa em seu uso pelo senso comum. Contudo, sempre que empregamos estes conceitos buscamos nos beneficiar de um anti-maniqueísmo presente na concepção teórica que Manheim dá a eles. Ambas as características estão presentes nos posicionamentos políticos da esquerda e da direita, bem como numa mesma pessoa. O apego ao concreto, ao particular, à tradição e a tendência de objetivar ações imediatas e localizadas são características marcantes do estilo de pensamento conservador. Já o estilo de pensamento progressista impõe como marca o abstrato, o hipotético, o utópico.

apresentar características conservadoras e progressistas, conforme o campo em questão: político, moral, estético, etc. Para esse autor, uma das principais peculiaridades do modo conservador de apreender a realidade é se aproximar delas *por trás*, a partir de seu passado. Já o modo progressista de apreender a realidade tem a característica de ‘projetar’ perspectivas futuras, seja de um modelo de sociedade ou de desenvolvimento, seja de *utopias*<sup>4</sup> a serem alcançadas. Em ambas as concepções, a conservadora e a progressista, se faz presente uma perspectiva de tempo. O progressista considera o presente como o começo do futuro, enquanto o conservador<sup>5</sup> o vê simplesmente como o último ponto a ser alcançado pelo passado.

Dentro da teoria liberal, criticada pelos agroecologistas, a perspectiva progressista se manifesta em torno do potencial transformador da ciência sobre o estilo de vida. Mas dentro da mesma teoria liberal é possível apontarmos aspectos conservadores, associados a defesa do *status quo* vigente, com suas desigualdades sociais. Também o discurso agroecológico contém em si uma junção de características progressistas e conservadoras. O apego que apresenta ao modelo de interação camponesa e indígena com a natureza, no qual julgam haver a adequada compatibilidade dos sistemas agrícolas com o meio ambiente, revela um enfoque com base na tradição e no passado, mas que contém, em si, um potencial crítico e utópico em relação ao atual modelo de desenvolvimento capitalista. Este horizonte de repúdio à dinâmica excludente da economia capitalista, bem como ao forte individualismo nas relações entre as pessoas no mundo moderno, se constituiu em um mote aglutinador entre as forças de esquerda: sindicatos, movimentos sociais, Igreja e ONGs, que formam uma aliança de forte crítica

---

<sup>4</sup> O conceito de utopia também está sendo considerado, a partir da perspectiva de Manheim, como uma perspectiva crítica face à sociedade capitalista. O que caracteriza a utopia, portanto, é o objetivo de transformação da realidade vigente.

<sup>5</sup> Segundo Manheim, a ação conservadora, diferentemente da tradicional, é sempre dependente de um conjunto de circunstâncias concretas e não-atemporais. Conforme o autor afirma, não há como conhecer antecipadamente que forma uma ação conservadora, no sentido político, tomará. Entretanto, a atitude geral implicada no termo tradicionalista é possível mais ou menos de prever. Isto não significa, entretanto, que o estilo de pensamento tradicional tenha uma estrutura objetiva, enquanto o conservador seja desprovido do mesmo. O conservadorismo político é uma estrutura mental objetiva, enquanto oposta à subjetividade do indivíduo isolado. Contudo, sua manifestação não se baseia em princípios estruturados atemporalmente, no sentido de serem eternos e universalmente válidos. Deduções não podem ser feitas das atitudes conservadoras, com a mesma segurança como podem ser feitas em relação às atitudes tradicionais. Daí o erro, ao se taxarem e criarem clichês para instituições, como se elas fossem 100% conservadoras ou progressistas em suas ações.

ao capitalismo. Quando analisamos a composição dos colegiados territoriais é justamente esta composição de atores que se faz presente. Contudo, vamos iniciar nossa análise dos Colegiados dos Territórios do MDA, retrocedendo às primeiras políticas de cunho ambientalista adotadas no Brasil.

## **2 Das práticas conservacionistas aos colegiados dos territórios do MDA.**

A demarcação de unidades de conservação ambiental até meados da década de 80, período da redemocratização brasileira, se realizava de forma descendente, sem a participação da sociedade civil. É exatamente acerca desta recente experiência de articulação da sociedade civil em defesa dos seus interesses e necessidades e de seus desdobramentos que este texto procura empregar as lentes teóricas da Nova Economia Institucional (NEI). Na contemporaneidade a efetiva entrada da preocupação ambiental na pauta nacional se deu no período de redemocratização política e concomitante ao forte incremento do tema nas inquietações internacionais.

Como marco jurídico por excelência tem-se a promulgação da Carta Magna Brasileira em 1988, com um capítulo próprio para o tema e como marco político-institucional tem-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, oficialmente denominada Rio 92 e popularizada como ECO 92. No âmbito internacional o marco político-institucional é bem anterior, em 1972 emergiu da Conferência de Estocolmo o conceito de ecodesenvolvimento, (Sachs, 1980 apud Favareto, 2006), suplantado com a publicação do Relatório da Comissão Brundtland em 1987 “Nosso Futuro Comum”, que propunha uma conceituação mais palatável aos interesses econômicos: a conceitualização de desenvolvimento sustentável<sup>6</sup>.

A “preocupação ambiental” ainda que forçosamente vem se fazendo presente no meio acadêmico, político, jurídico, institucional, chegando mesmo ao senso comum nos últimos anos. Todavia, tal preocupação caminhou conjuntamente com a crença de que o

---

<sup>6</sup> Para o estudo aqui proposto é de extrema importância obra - Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão: Do Agrário ao Territorial, 2007, pois o autor tratou de estabelecer a diferença conceitual trazida com a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural em relação as abordagens tradicionais de apresentação desse mesmo objeto nas ciências sociais.

país era detentor de um grande patrimônio natural, inesgotável. Tal idéia serviu para que os recursos naturais brasileiros fossem utilizados como moeda de troca com o capital internacional. A suposta certeza de abundância de recursos naturais e da necessidade premente de crescimento econômico, aliados à definição política de ações sociais por trabalho e renda, levou os governos brasileiros, de forma mais acentuada, a partir de Getúlio Vargas, à aceitação de indústrias altamente poluentes, sem nenhuma restrição ou exigência de compensação ambiental.

Notoriamente, foi neste mesmo período de ideal desenvolvimentista, que a partir dos moldes da política estadunidense de áreas protegidas, teve início a criação de unidades de conservação<sup>7</sup>, na forma de parques nacionais. O primeiro do país foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e proporcionar espaço de lazer às populações urbanas (Xavier, 2005). No entanto, sob o influxo da Conferência de Estocolmo e com o intuito de atender minimamente aos incipientes apelos ambientalistas da época, contraditoriamente, várias modalidades de áreas protegidas<sup>8</sup> foram acrescentadas aos parques neste período. Além disto, ocorreu o lançamento da 1ª Etapa do Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil, segundo afirma Benjamim (2001) apud Xavier (2005).

Enquanto as pressões ambientalistas se fortaleciam e conquistavam espaço nos países de capitalismo avançado, o Brasil mantinha uma política, no mínimo permissiva quanto a atividades exploratórias tanto do ponto de vista social quanto ambiental. Reforça esta afirmação o fato de que, do ponto de vista jurídico, o conceito de meio ambiente ser relativamente novo no Brasil, assim como a gestão do meio ambiente ser vista de acordo com Xavier (2005), até bem pouco tempo<sup>9</sup>, de forma dispersa e isolada. Desta forma, o meio ambiente não era tratado de forma integral, como um sistema que influencia as partes e é influenciado por elas. De acordo com Xavier (2005) somente a

---

<sup>7</sup> O que só foi possível a partir da construção de um arcabouço institucional, o primeiro Instituto de Florestas do Brasil criado em 1921, sendo que o Código Florestal foi instituído somente em 1934 pelo Decreto 23.793, de 23.01.1934.

<sup>8</sup> Agora regidos pelo novo Código Florestal - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que juntamente com a Lei de Proteção à Fauna – Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, contribuíram para a formação da estrutura legal para organização dos parques nacionais. Maria Esther, 2005 afirma que a isto se pode considerar o início de uma teia legislativa que resultaria na criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

<sup>9</sup> No que tange à legislação ambiental tem-se ainda o Código de Pesca - Decreto Lei 794, de 19 de outubro de 1938, o Código de Minas – Decreto Lei 1.985, de 29 de janeiro de 1940 e o Estatuto da Terra - Lei 4.504, de 30.11.1964.

partir do final da década de 70 a legislação ambiental brasileira passa a se desenvolver de modo mais consistente<sup>10</sup> e começa a entrar em cena a proteção do patrimônio ambiental de forma mais sistêmica no meio jurídico. Com relação às unidades de conservação foram necessárias duas décadas para a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, consubstanciado na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VI da Constituição Federal.

Numa tentativa de ampliar a compreensão sobre questões de preservação ambiental nos conflitos entre as esferas jurídicas e administrativas na implantação de unidades de conservação, Xavier (2005), afirma que o poder executivo deixou de tomar as providências administrativas indispensáveis ao cumprimento de sua obrigação constitucional no que tange à proteção ambiental. A autora trabalhou com conceitos relativos às ações administrativas: de *legalidade* e *discricionariedade* nos processos de criação de unidades de conservação. Segundo Xavier as ações e omissões da administração pública propiciam a ocorrência de uma degradação ambiental generalizada.

O estudo de caso realizado por Xavier (2005) refere-se à criação e gestão do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG (PESB). Em sua análise a autora aponta que dentre as ações da administração pública têm-se ações regulamentadas, discricionárias e irregulares. Ela comprova que em várias oportunidades as ações discricionárias extrapolam a liberalidade concedida pelo ordenamento jurídico, proporcionando desacordo entre o fim último estabelecido pelo Estado de Direito e aquele estabelecido pela administração pública. Quanto às ações irregulares, a análise mostrou a incapacidade da administração pública em manter a legalidade. Ela ainda ressalta que todos os problemas encontrados nas unidades de conservação, em geral, e, em especial, no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, estão intimamente relacionados, sobretudo, com a problemática da discricionariedade da administração pública.

Bonfim<sup>11</sup> (2006), também realizou estudos sobre a constituição do PESB, propondo-se a extrair lições aprendidas a partir dos conflitos e da participação social neste processo.

---

<sup>10</sup> Xavier, 2005 recorre a Milare (2000: 81) ao afirmar que o conjunto das leis até então se preocupava em proteger o meio ambiente de forma específica e global, cuidando dele de forma diluída e mesmo casual, e na exata medida da exploração do homem.

<sup>11</sup> Em sua tese de doutoramento a autora procurou elaborar uma discussão sobre a forma como as unidades de conservação de proteção integral têm sido criadas, em especial a categoria parque, e para tal

Neste estudo, fica evidente o impacto sobre as comunidades, em termos das suas formas de apropriação dos recursos naturais e das suas relações de sociabilidade, sendo que a partir de então as questões legais envolvendo os parques e áreas de preservação deixam de ser eminentemente ambientais e passam a ter conotação socioambiental. Este passou a ser o impasse das comunidades do entorno e dos agentes governamentais e não governamentais que atuam na região: a busca em aliar processos de desenvolvimento sustentável, para usar os termos correntes nos discursos e registros regionais, à necessária recuperação e preservação ambiental, tanto da Unidade de Conservação (UC) quanto das unidades de produção familiar (UPF) de seu entorno. Embutido nesta busca de preservação da natureza com a presença do homem vem a valorização dos conhecimentos das comunidades tradicionais que, segundo Diegues podem ser entendidas como:

*“ relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nelas produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala como agricultura, pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse ‘know-how’ tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para conservação. Como essas populações, em geral, não têm outra fonte de renda o uso sustentado de recursos renováveis é fundamental importância Seu baixo padrão de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem que sua interferência no meio ambiente seja pequena”*  
(Diegues: 87)

O que vemos, então, a partir desta defesa das comunidades tradicionais e de suas formas de saber, é uma tentativa da sociedade civil organizada (ONGs, Sindicato, partidos políticos de esquerda e Igreja) de romper com o que Caio Prado Júnior chamava de um “sentido perverso da colonização”, típico de Colônias de exploração, que apenas enviavam suas riquezas e recursos naturais para o exterior. É justamente esta vertente marxista de Caio Prado, dos anos 60, que alimenta o ideário dos setores da esquerda,

---

fez um estudo de caso da experiência de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro em seu contexto histórico, técnico, processual e metodológico, a partir de uma sistematização que ela denomina de participativa da experiência.

presentes nos colegiados dos territórios do MDA. Os camponeses são vistos por eles como os representantes das raízes nacionais, sendo capazes através de sua cultura, saber e forma comunitária de vida, de contrapor-se a um modelo agrícola de exploração, baseado no tripé latifúndio- monocultura- trabalho escravo, voltado para o mercado capitalista.

É dentro deste ideal de rompimento com o sentido histórico perverso de nossa colonização que estes representantes de um setor da esquerda brasileira, os quais estão presentes nos colegiados dos territórios vão institucionalizar, a partir deles, uma prática setorializada, avessa a participação, dentro desta instância, de empresários, comerciantes e representantes do setor industrial. Tal como Caio Prado Júnior acreditava, nos anos sessenta, que caberia às classes mais humildes e pobres da população a possibilidade de modificar o sentido histórico de exploração de nossa sociedade, também os representantes de ONGs e sindicatos<sup>12</sup>, que estão presentes nos colegiados territoriais do MDA, acreditam que os camponeses o farão. Para estes seria através da organização dos mesmos e de sua efetiva participação na sociedade que se poderia romper com este perverso sentido excludente e explorador tão marcado em nossa história.

É importante considerarmos que a noção de sustentabilidade do desenvolvimento na região em foco é uma arena de construção e disputa. Atualmente, de acordo com parte dos agentes sociais envolvidos nas discussões do TRSB (Território Rural da Serra do Brigadeiro), há pelo menos duas propostas antagônicas de desenvolvimento: uma de cunho economicista ligada aos grandes eixos de exportação do governo federal, mais especificamente ao Ministério das Minas e Energia e ao Ministério do Planejamento, com sua política de incentivo à exploração mineral e de superávit primário. Já a dos Colegiados dos Territórios do MDA, apresenta com forte conotação socioambiental, e está ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua política de desenvolvimento territorial. A primeira proposta defende a instalação de empresas mineradoras de bauxita no entorno de uma Unidade de Conservação da Mata Atlântica, cercada Unidades produtivas de agricultores/as familiares, afirmando ser a portadora da construção dialógica de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, com

---

<sup>12</sup> Estes representantes de ONGs, sindicatos e partidos políticos de esquerda foram, em grande parte, formados nos quadros das Congregações Eclesiais de Base



base conservacionista. Defende o fortalecimento da agricultura de base familiar, a recuperação e conservação ambiental, o turismo comunitário, a agroindústria familiar, o artesanato e por fim o resgate e a valorização da cultura da região: indígena, cabocla e de afro-descendente<sup>13</sup>.

### **3 A construção da perspectiva de território nas políticas de desenvolvimento rural**

Quando analisamos a adoção do conceito de território nas instituições internacionais percebemos, como destacam Schejtman e Berdegué (2003) que tem ocorrido uma acelerada evolução na apropriação dessa abordagem em suas estratégias. O que pode ser observado nas estratégias de instituições bi ou multilaterais como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA e Banco Mundial, para citar apenas algumas<sup>14</sup>.

O *FIDA* inclui tal abordagem nos últimos sete anos. Em 2001 seu Informe Oficial enfatizava o aporte potencial do crescimento setorial agropecuário para superação da pobreza rural. Aproximava-se então com cautela do tema da descentralização argumentando que as elites locais costumam ter capacidade e incentivos para apropriar-se desse mecanismo, ainda que também valorizasse alguns aspectos positivos que a descentralização tem em temas específicos. No entanto, em sua estratégia de 2002-2006 o *FIDA* assume o “empoderamento” dos pobres rurais como eixo estrutural de seu diagnóstico e proposta. A descentralização é reconhecida como fator de oportunidades, sendo a ela incluídas a cidadania, o empoderamento e a superação da pobreza. A partir dessa opção global, o *FIDA* adota como estratégia regional a noção de desenvolvimento territorial rural assumindo uma nova concepção do rural.

O *BID* adota explicitamente o enfoque de desenvolvimento territorial multisetorial como estratégia para redução da pobreza rural. Defende como indispensável para a

---

<sup>13</sup> Cf consta nos documentos produzidos pelo grupo de gestão do Território da Serra do Brigadeiro e no instrumento de gestão formulado por este coletivo em 2005 – o Plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

<sup>14</sup> Para uma análise comparada das estratégias de desenvolvimento rural das principais agencias de desenvolvimento BM, BID, FIDA, IICA, FAO e CEPAL, José Maria Sumpsi (2007: 84) indica os trabalhos de Ashley e Maxwell (2001), Farrington e Lomax (2001) e Maxwell (2003).

construção de um contexto institucional que conduza à redução sustentável da pobreza rural, a possibilidade efetiva de execução descentralizada dos programas e políticas (Berdegué, 2003). Para estes autores outro elemento de importância similar é o reconhecimento da heterogeneidade estrutural do meio e das sociedades rurais, que para o BID, reforça a necessidade de descentralização e diferenciação das estratégias de redução da pobreza de modo que permitam a expressão da diversidade e convoque os diferentes setores e agentes. Como terceiro elemento esta o reconhecimento do aporte que os setores não agropecuários devem ter na redução da pobreza. Em síntese o BID avançou muito desde a incorporação do enfoque multifuncional e territorial em suas estratégias e instrumentos para apoiar o desenvolvimento local.

O Banco Mundial iniciou em 2000 o processo de preparação de sua nova estratégia rural, que representa um compromisso explícito com enfoques de desenvolvimento com caráter territorial. De quatro componentes três apontam nessa direção: promoção do crescimento econômico rural de base ampla ou multisetorial; focalização na totalidade do espaço rural, e; construção de alianças com todos os agentes públicos e privados interessados no desenvolvimento.

Em 2000 *IICA* sinalizava para uma crescente importância do “desenvolvimento focalizado em unidades territoriais”. Em 2001 com seu apoio ocorreu uma reunião de ministros da agricultura no contexto da “Cúpula das Américas” donde surgiu a Declaração de Bávaro, considerada como marco estratégico para uma “agenda compartilhada”. No entanto, a partir de 2002 observa-se uma reorientação de sua proposta distanciando-o da questão territorial. Na formulação de visão, missão e objetivos do IICA a declaração de Bávaro é parcialmente incorporada e as referências territoriais, não compõem seus novos delineamentos estratégicos.

Já no Brasil, de acordo com o documento “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural” (2005) a decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável a partir da abordagem territorial é resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais. Tal decisão teve como resultado a proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a formulação do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais - PRONAT no âmbito do Plano Plurianual do

Brasil 2004 2007. Este programa, a SDT, os demais órgãos da administração pública federal com ações confluentes no desenvolvimento sustentável, os governos estaduais e municipais e um vasto número de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além das próprias populações dos territórios rurais, constituem a base política, institucional e humana da proposta de desenvolvimento a partir da utilização da abordagem territorial.

De acordo com os pressupostos gerais para um “*novo padrão de desenvolvimento sustentável do Brasil rural*”, para usar os termos presentes nas “Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável”, a abordagem territorial contribui com um novo projeto de desenvolvimento rural, cujo perfil foi aprovado em Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural. Tal abordagem concorre para este “novo padrão” de desenvolvimento rural, porque, nos termos do Condraf, considera a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável e busca construir uma política de fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação. Com isso visa dinamizar a economia de um espaço territorial determinado e melhorar a qualidade de vida das populações (CONDRAF, 2006: 18).

Nesta abordagem o foco das políticas é o *território*. De acordo com os documentos oficiais da SDT por combinar a proximidade social, que supostamente favoreceria a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado, chegando até o compartilhamento de uma identidade própria, que favoreceria uma base para a coesão social e territorial, alicerces do capital social. Além da perspectiva territorial, também a perspectiva ambiental vai impactar a concepção de desenvolvimento.

#### **4 O território da Serra do Brigadeiro e a organização institucional por ele implementada.**

A partir de 2003, a região da Serra do Brigadeiro passou a se relacionar institucionalmente como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através de seu Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT), criado no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Neste ano, *agentes sociais*<sup>15</sup> com missão institucional de atuar na promoção de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável na região, pleitearam e obtiveram aprovação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) para inclusão da Serra do Brigadeiro no PRONAT. A aprovação no âmbito estadual estava condicionada a critérios tais como concentração de agricultores familiares; a existência de patrimônio ambiental e cultural como eixo aglutinador do desenvolvimento e de capital social e institucional desenvolvido (CTA-ZM, 2004; Fernandes, Fiúza e Rothmam, 2007: 581).

O processo de desenvolvimento territorial preconizado por este programa previa a realização de várias ações estratégicas conformando um ciclo de gestão em espiral que deve se aperfeiçoar e se qualificar no processo. Amparado nesta política pública está em processo de construção o que se passou a chamar de Território Rural da Serra do Brigadeiro, ou apenas Território da Serra do Brigadeiro, o qual deveria se guiar dentro de parâmetros participativos (Fernandes, Fiúza e Rothmam, 2007: 582). Foram sugeridos inicialmente nove municípios que são os constituintes deste Território desde então<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Bourdieu preferia o termo “agentes sociais” à sujeito, por lhe parecer mais adequado à sua visão institucional das relações sociais e por que este evoca um nível de consciência que ele recusa. (Araújo, 2000: 145 apud Costa, 2006: 49). Também aqui e por motivo semelhante utilizaremos o agente social e agente.

<sup>16</sup> Mesmo antes da homologação pelo CEDRS houve uma tentativa de ampliar o número de municípios que comporiam o Território da Serra do Brigadeiro. Foi feita uma solicitação formal à Secretaria Executiva do CERDS para inclusão dos municípios de Canaã, São Miguel do Anta, sem êxito no entanto. A partir de janeiro de 2005 os municípios de Canaã, e posteriormente São Miguel solicitam reiteradamente sua inclusão no programa, sem retorno até o momento.

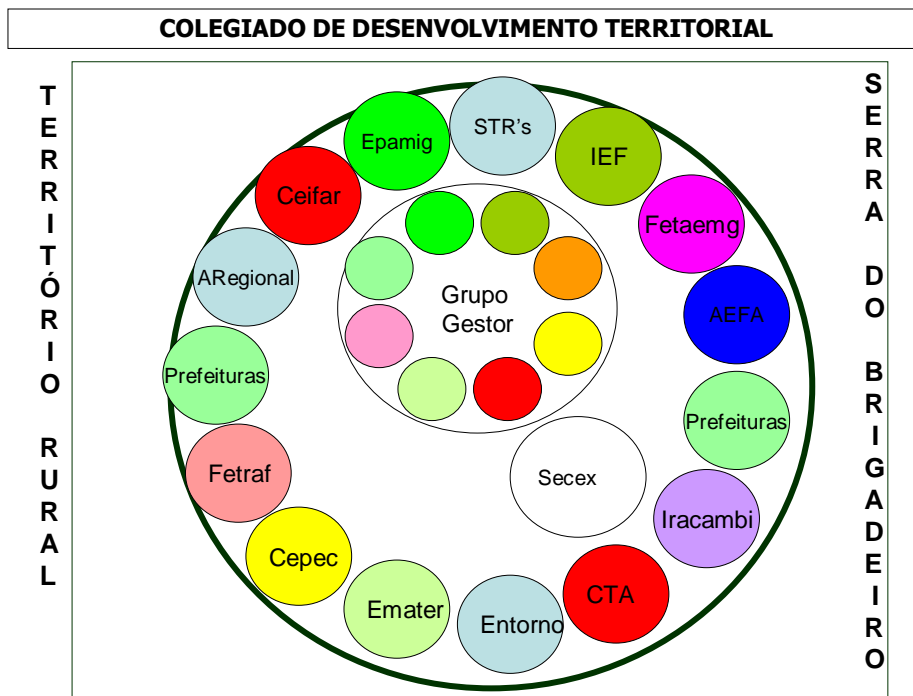


Normativamente a gestão territorial deveria ser feita a partir de um plano de gestão - o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Este deve funcionar como organizador do processo de articulação e implementação de ações com vistas à transformação do quadro socioeconômico, produtivo, cultural e ambiental da região. Neste Território em especial ele foi previsto no início de sua implantação, já com os primeiros recursos disponibilizados pelo programa para ações imediatas com visão estratégica. Considerado o principal instrumento de gestão do Pronat, foi elaborado e, teoricamente, consubstancia objetivos expressos pelos agentes sociais durante o processo de planificação. A gestão deve ficar a cargo de uma instância colegiada - o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro (CODETER). De que de acordo com as normas do CONDRAF os codeteres devem ser plurais, paritários e congregar a diversidade de atores sociais<sup>17</sup> atuantes na região (Fernandes, Fiúza e Rothman, 2007: 582).

---

<sup>17</sup> Os documentos institucionais da SDT fazem referência a 'atores sociais'. Neste trabalho adotaremos o termo de agentes sociais, tal como sugerido por Pierre Bourdieu, permanecendo 'atores' somente nas referências documentais da SDT.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro, constituído no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais, oficialmente empossado em outubro de 2005, é formado por 39 instituições de carácter público, terceiro setor, sindical e comunitário.



Sua constituição está intimamente relacionada ao processo histórico de redemocratização da sociedade brasileira, marcadamente, a partir da Constituição Federal de 1988. Período em que a participação da sociedade civil e os aspectos ligados ao meio ambiente e a conservação da biodiversidade auferiram espaço na sociedade e nas políticas públicas de desenvolvimento. Sua conformação, mais precisamente, relaciona-se aos processos em marcha na região, em especial se insere na discussão levada à frente a partir de dois processos — a luta pela delimitação do PESB e as ações das organizações sociais na direção do desenvolvimento sustentável do seu entorno (Schröder, 2006: 11). A autora afirma que sua configuração se relaciona mais ao espaço

da atuação das organizações envolvidas nos processos referidos do que a uma unidade abrangente entre os nove municípios<sup>18</sup>.

No Território da Serra do Brigadeiro, considerando os contornos geográficos dos nove municípios que o compõem, tem-se uma conformação plural no que diz respeito às atividades da população que habita o meio rural. Em que pese as transformações do mundo rural demonstradas por autores como Wanderley (2000), Schneider (2003, 2004 e 2006) Favareto (2006) um olhar sobre espaço rural da Serra do Brigadeiro leva-nos a algumas constatações, ainda que sumárias. Observa-se a sobressalente prevalência de atividades agrícolas em unidades de produção familiar de tamanhos, estruturas e graus de adoção tecnológica e de inserção no mercado variados. Porém observa-se tentativas de otimizar experiências pluriativas<sup>19</sup>, em especial o turismo rural e ecológico a partir das ‘amenidades do campo’ e dos atrativos naturais do PESB e entorno.

Em plenária territorial de 2003 definiu-se que o foco prioritário do TRSB seria as comunidades rurais que habitam o entorno da UC-PESB<sup>20</sup>. Não houve consenso sobre tal definição, nem mesmo entre as representações institucionais no colegiado, por ter se considerado que o mesmo não estava representado por todas as forças sociais existentes no território. Schröder (2006: 15)<sup>21</sup> chamou a atenção para o fato de que desde o início da articulação territorial em que participaram diferentes organizações que atendem ao

---

<sup>18</sup> A população total do Território da Serra do Brigadeiro é de aproximadamente 171.992 mil habitantes (IBGE, 2002) distribuídos de forma extremamente desigual nos entre os nove municípios que o compõem: Araçuaia, Ervália, Divino, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Rosário da Limeira, Pedra Bonita e Sericita. O intervalo entre o município que apresenta maior e menor população é de 88.232, estando nas pontas o município de Rosário da Limeira com 3.869 habitantes e Muriaé com 92.102.

<sup>19</sup> Em Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf (1997), Carneiro conclui seu texto constatando a vasta literatura existente no Brasil sobre análise de processos de processos produtivos que aliam numa mesma UPF, agricultura e atividades não-agrícolas, como “*um mecanismo das estratégias de reprodução social*”. A autora cita a título de ilustração Garcia Jr. (1989); Anjos (1995); Lovisolo (1989); Schneider (1994); Seyferth (1983), entre outros. Apesar de passados dez anos dessa publicação a citação bibliográfica, todavia é pertinente.

<sup>20</sup> Na proposta de inclusão da região no Pronaf encaminhada ao CEDRS, elaborada por técnicos de três instituições de Viçosa – MG com atuação na região (CTA/ZM, Emater/UREGI/Viçosa e Epamig/CZM), já se percebe uma tendência para esta definição Também ação Em “Território Serra do Brigadeiro — Sistematização e análise dos dados secundários” (CTA-ZM, 2004b), no item “Integração regional e identidade territorial”.

<sup>21</sup> Com o propósito de estudar o colegiado por demanda da SDT, e como parte de uma equipe sob a coordenação do Prof. Ricardo Abramovay, a autora teve acesso a documentos e aos agentes sociais do colegiado. Em março de 2006 a partir desta visita lhe foi possível conhecer e interagir no território, justamente num momento de grande mobilização – uma audiência pública promovida pela Assembléia Legislativa do Estado com apoio financeiro do próprio território (recursos de oficina ofertada pela SDT).

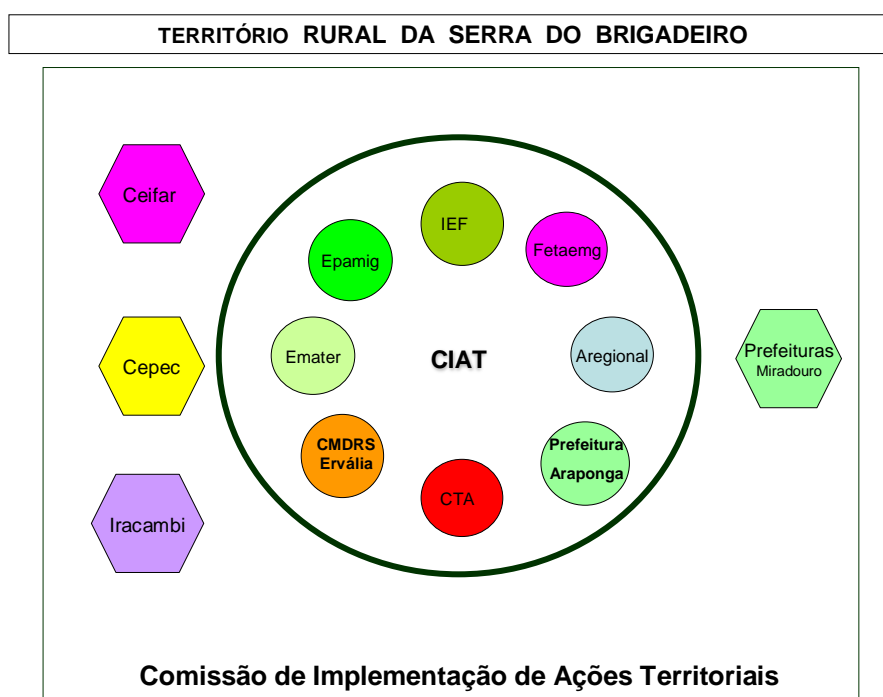
conjunto dos agricultores familiares do território, a “demarcação”, do território foi se encaminhando para defini-lo como um território da agricultura familiar.

A população que vive hoje no entorno encontra-se distribuída em 42 comunidades rurais. São cerca de 1.900 famílias que corresponde a aproximadamente 14.000 pessoas. Famílias que vivem em unidades de produção de base familiar, com menos de 100 há de área, e geralmente trabalham com sistemas de produção baseados na cafeicultura, pecuária e agricultura de subsistência (milho, arroz, feijão, cana, criação de pequenos animais). Existem, também, experimentos pontuais com sistemas agro florestais e ações de transição para um modelo de agroecológico de produção e organização. No que diz respeito aos fatores de pressão antrópica os principais, segundo o Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) são: o uso de agrotóxicos, o uso do fogo para limpeza de pastos, o desmatamento, relacionado à abertura de novas áreas para o café, pecuária e fornecimento de madeira para as serrarias e carvoarias e a mineração de calcário e bauxita, que se constituem em um iminente perigo de degradação sócio-ambiental. Todas estas formas de exploração envolvendo os recursos ambientais passaram de uma ou outra forma a serem revistas com a criação do PESB, motivando alguns desafios, tais como: promover um tipo de desenvolvimento que considerasse as várias dimensões da sustentabilidade, com ênfase na recuperação e conservação da biodiversidade. Tal desafio, no entanto de acordo com os documentos e reuniões analisados passaria pela necessidade de constituição de uma identidade sócio-ambiental.

A concepção de desenvolvimento sustentável com ênfase nas dimensões sócio-ambientais, visando à viabilidade econômica, porém sem subordinar todas as áreas da vida a ela, é uma idéia compartilhada apenas por parte dos agentes do “recorte territorial”, não encontrando ressonância em toda a plenitude do Território. Segundo Schröder (2006: 15), participaram da articulação territorial, desde o início, diferentes organizações que atendem ao conjunto dos agricultores familiares do território, ou mesmo da Zona da Mata, mas o recorte desse território é pouco reconhecido para além da atuação de organizações da agricultura familiar. Estas identificaram no programa a oportunidade, em termos do acesso a recursos públicos, de transformar o patrimônio ambiental em chave do desenvolvimento regional.



No caso dos territórios apoiados pela SDT/MDA em geral e, em especial, no caso do Território da Serra do Brigadeiro a função de gestão está a cargo do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro, formato institucional criado para implementação do Pronat e teoricamente concebido para congregar a diversidade de atores sociais atuantes no território. O Codeter da Serra do Brigadeiro teve sua origem derivada de uma instância provisória de gestão - a Comissão de Implementação de Ações Territoriais (CIAT), formada por oito instituições, sendo quatro da sociedade civil e quatro do poder público<sup>22</sup>.



Esta comissão foi Criada em março de 2004, em caráter provisório, e deveria ser extinta com a constituição da instância permanente de gestão, o que deveria acontecer no máximo até o final de 2004. No entanto, a constituição da instância permanente de gestão territorial, foi reiteradamente desarticulada, sendo parcialmente efetivada apenas em agosto de 2005, e normatizada, de fato, em agosto de 2006.

<sup>22</sup> Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, Pólo Regional da Fetaemg, CTA (ONG agroecológica de assessoria técnica a instituições da agricultura familiar), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Ervália, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG/CT-ZM), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Unidade Regional de Viçosa (EMATER/UREGI Viçosa), Instituto Estadual de Florestas - PESB (IEF/PESB) e Prefeitura Municipal de Araponga, respectivamente.

As disputas por poder e por recursos entre estas instituições evidenciam a dificuldade de implementação de processos mais participativos e menos centralizados em uma ou outra instituição. A CIAT era composta por outras seis instituições, além do CTA e da EMATER, são elas: 1) A *Associação Regional* – Criada pelo CTA e Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata; 2) A *Prefeitura de Araponga*, na qual o vice-prefeito era agricultor e sócio fundador da CTA; 3) O *Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ervália*, cujo representante compunha o Conselho do CTA; 4) *IEF/ PESB*; 5) *Fetaemg*, que foi assessorada pelo CTA até que uma fissura no movimento sindical mineiro os colocasse em lados distintos; 6) A *Epamig*.

As disputas de poder geraram o afastamento de algumas destas instituições, passando o processo de gestão a estar mais centralizado no CTA e seus parceiros natos. Tal processo de enfraquecimento da representatividade das instituições dissonantes do CTA na CIAT e nos espaços decisórios do território indica, por conseguinte, o que Abramovay (2007) denomina como o *rompimento do ciclo virtuoso de desenvolvimento*, o qual seria alcançado com parcerias com instituições da iniciativa privada, da agricultura patronal, do poder público, enfim, uma pluralidade de instituições capazes de implementar uma dinâmica socioeconômica em nível local, gerando empregos, dinamizando a economia e ampliando as possibilidades de renda da população.

### ***5 Os limites de uma concepção setorializada para o desenvolvimento rural***

Para Favareto (2006) a criação de instituições mais favoráveis à dinamização dos territórios e a diminuição das desigualdades parece ter forte influência da morfologia social local, ou seja, formações sociais que comportem afinidade eletiva com as novas instituições (Weber, 1998 *apud* Favareto, 2006. Segundo este autor, a desconcentração e descentralização da posse de diferentes recursos nos tecidos sociais, tais como capital social, humano, econômico e simbólico, os tornam mais propícios ao engendramento de formas mais dinâmicas de interação, o que facilita o aprendizado coletivo e a cooperação, elementos basilares de novas instituições.

Contudo, não apenas a dinâmica virtuosa no território é difícil quando não se tem um leque diversificado de atores de diferentes segmentos sociais, visto que pode haver concentração de poder, mas, também, a concentração de poder e a hierarquização entre os integrantes do Colegiado pode se estabelecer, face ao capital intelectual, ou seja, entre os participantes com graus de formação escolar diametralmente opostos. No Território e no Codeter a análise do processo indica que tal fato ocorreu, pois os representantes com maior grau de escolaridade conquistaram maior espaço no Território inicialmente e depois dentro do colegiado, favorecidos pelo seu poder argumentativo. Tal poder de persuasão podia ser observado, por exemplo, no direcionamento para um perfil agroecológico no instrumento de gestão - o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, o qual restringia a possibilidade de parcerias com instituições e atores que não fossem críticos do modelo mercantil de agricultura.

Chamo a atenção para o Diagnóstico Rural Participativo e para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável enquanto momentos de construção das diretrizes para a gestão do processo de desenvolvimento, momentos estes teoricamente resultantes da participação social. Não se trata aqui de emitir juízo de valor referente ao processo ou ao documento final, mas, antes, de refletir sobre os mesmos à luz das diretrizes do programa e de teorias consolidadas sobre tais temas. Se o Plano foi construído a partir dos estudos diagnóstico (DRP) e se este não considerou outros segmentos que não agricultores familiares, como poderiam estar presentes suas percepções e demandas de forma substancial no instrumento de gestão – o PTDRS?

Ainda que se argumente que o Plano contempla elementos que não especificamente relativos à produção agrícola, tais como artesanato, agro industrialização, turismo e meio ambiente, estes se justificam e se remetem às possibilidades de diversificação de trabalho e renda para famílias agrícolas e não necessariamente, para contemplar outros segmentos presentes neste “espaço rural”. Outros segmentos fundamentais para a dinamização da economia, e, portanto, fundamentais para o círculo virtuoso<sup>23</sup> do desenvolvimento, como asseguram os estudos de Abramovay (2007), Favareto (2006), sobre as problemáticas do foco setorial das políticas de desenvolvimento territorial, em

---

<sup>23</sup> Segundo Abramovay (2007), *ciclo de desenvolvimento virtuoso* pode ser entendido como a articulação entre os diversos setores econômicos, sociais e políticos presentes em um território. Esta relação intersetorial favorecerá a autonomia e a independência face às políticas de caráter assistencialistas do Estado.

especial do Pronat. E como corroboram estudos de renomados autores sobre a chamada “nova ruralidade”, tais como Wanderley, Carneiro, Schneider, para ficar apenas em alguns.

Para consideração efetiva de segmentos não agrícola na Serra do Brigadeiro, não se haveria que identificar a dinâmica interna e externa desse espaço rural, em sua completude, e não apenas circunscrito a uma pequena área geográfica no entorno da UC/PESB<sup>24</sup>? Tal informação se obteria partir de uma tipologia inicial<sup>25</sup> (Wanderley, 2000: 21), que não precederia ao processo de DRP propriamente dito, mas constituir-se-ia em um de seus elementos basilares. Autores citados por Nazareth trabalham quais seriam esses elementos internos e externos<sup>26</sup>. Os trazemos por considerar que o conhecimento do Território da Serra do Brigadeiro, e não apenas situacional das famílias agrícolas residentes no entorno mais imediato do PESB, constitui-se, em termos teóricos, elemento *sine qua non* para se empreender um processo de planejamento condizente com a premissa da abordagem territorial para o desenvolvimento. Tal como indicam trabalhos sobre experiências internacionais de desenvolvimento territorial e de autores brasileiros como Favareto (2006).

Obviamente que tais considerações não advogam a exclusão ou o não reconhecimento de (no sentido de admitir) que as comunidades rurais do entorno careçam de um

---

<sup>24</sup> Para aprofundar nesta discussão consultar Wanderley (2000).

<sup>25</sup> Para conhecer tipologias elaboradas com base nas relações entre a dinâmica interna e externa dos espaços rurais, consultar Wanderley (2000: 21)

<sup>26</sup> “A dinâmica interna se define, principalmente, em função de três eixos: a sua inserção em uma “trama espacial rural” (Jean s/d); os usos e as funções predominantes e a potencialidade de cada espaço rural, no sentido de assegurar o seu futuro na sociedade moderna. Kayser, por exemplo, distingue quatro tipos de espaços rurais nos países desenvolvidos: a) a terceira coroa periurbana, “na qual os processos de urbanização afrontam uma agricultura e uma sociedade rural em pleno funcionamento, e mesmo em pleno vigor”; b) os espaços caracterizados por uma economia agrícola produtiva e exercida em caráter profissional; c) o espaço rural “profundo”, marginal, empobrecido e pouco moderno; d) os espaços rurais marginais, onde há implantação de atividades urbanas que o revigoram (Kaiser, 1990: 29). Em trabalho mais recente, o mesmo Kayser propõe uma tipologia que distingue três categorias de espaço rural: a) “os espaços em vias de despovoamento e de abandono”; b) o “espaço periurbano” que, apesar de próximo aos centros urbanos, mantém as características rurais e a importância da atividade agrícola; c) “o meio rural vivo”, que constitui a parcela mais significativa do meio rural, também integrada à sociedade e fortemente marcada pela presença das atividades primárias. A dinâmica externa é o resultado da inserção das aglomerações rurais em espaços mais amplos, predominantemente urbanos ou predominantemente rurais. No primeiro caso, os espaços rurais são chamados periurbanos, ao passo que os mais distantes das cidades são considerados como o “rural profundo” ou “remoto”. É preciso, no entanto, desde já, esclarecer que o espaço periurbano, aqui considerado, é rural e, como tal, se distingue dos subúrbios e das periferias (urbanas) das cidades. Como afirma Jean, o periurbano “não evolui para urbano”. Da mesma forma, o “rural profundo”, onde também se encontram cidades que freqüentemente funcionam como pólos centralizadores locais, está integrado à sociedade e, em alguns países, vive, de alguma forma, a efervescência do renascimento rural” (Wanderley, 2000: 21– 23).

tratamento especial e projetos específicos para o seu desenvolvimento de forma intensa e mais célere. De acordo com os discursos de parte dos agentes sociais do território, sobretudo aqueles ligados ao setor agrícola, estas comunidades historicamente haviam sido preteridas das políticas públicas municipais, da assistência técnica oficial, da assessoria da ONGs, e mesmo do movimento sindical; dado principalmente a dificuldade de acesso.

O aspecto da exclusão das atividades não agrícolas não se dá somente além do ‘entorno’, ou seja, no restante do município, mas verifica-se nos próprios limites geográficos do entorno, considerado “foco da ação territorial na Serra do Brigadeiro”. Constata-se a existência de uma série de iniciativas de geração de emprego e renda a partir de atividades rurais, não exclusivamente agrícolas, tais como turismo ecológico e rural em pousadas de propriedade de ‘chegantes’, ou ainda pequenos restaurantes de propriedade de moradores tradicionais nas sedes dos distritos rurais do entorno. Tais agentes sociais não foram incluídos no processo de discussão do território, no diagnóstico e planejamento, tão pouco tem suas demandas ali consubstanciadas ou acesso a recursos para otimizar suas atividades, que a partir do conceito de desenvolvimento territorial, consistiram em ativação de uma abordagem mais territorial do desenvolvimento, no sentido da não exclusividade setorial.

Neste espaço de hegemonia do CTA houve o que se pode caracterizar por *adição de conceitos com geração de restrição de parceiros*: começou-se com o termo *agricultura ecológica* que evoluiu para *agroecologia*, depois para *participação social*, mas, para cada conceito incorporado em programas e projetos elaborados surgia uma articulação entre grupos de interesses com identidades afins, restringindo a possibilidade de sinergia entre atores e instituições sociais com identidade diferenciada. O surgimento de conflitos e questionamento de concepções e ações levou o grupo de controle hegemônico a congelar ou excluir os não adaptados. Outro elemento problemático ou limitante para a implementação de práticas realmente participativas e democráticas no território e no colegiado territorial foi a dificuldade de implantação de um processo de Monitoramento e Avaliação das ações planejadas e executadas. A avaliação por parte da maior parte das instituições que compõem o colegiado do território poderia favorecer o processo de ajuste dos erros e falhas percebidos, contudo, tal avaliação do próprio colegiado ainda não aconteceu.

## ***6 Os desafios da participação nas instâncias colegiadas do território***

Sem negar os avanços que adoção da abordagem territorial implica, ou que os mecanismos de participação social nas políticas públicas e sua transformação em diretrizes de governo significa, faz-se necessária sua constante atualização, que é uma das condições de eficácia desses instrumentos (Favareto e Schroder, 2007). Estes autores afirmam que esta nova visão de desenvolvimento rural se instituiu com força suficiente para reorientar o discurso e o desenho das políticas e programas formulados com esse fim, porém isso não veio acompanhado da criação de novas instituições capazes de sustentar o novo caminho. Eles defendem a idéia de que é preciso fazer correções e uma profunda reformulação dos mecanismos institucionais no Pronat para que possa atingir os objetivos a que se propõe.

Torna-se, então, necessário delimitar alguns conceitos, em especial, o de participação, bastante vulgarizado nos últimos anos, devido às abordagens teóricas e às inúmeras possibilidades de uso na prática política, e em especial no Pronat. Entende-se a participação como processo social dinâmico e multidimensional, sendo que por detrás de sua emergência, sobretudo sua incorporação ao discurso de desenvolvimento, encontra-se um reconhecimento das complexas relações sociais, econômicas, políticas culturais, ambientais, históricas que explicam a realidade das comunidades (Almodeo, 2006).

A chamada à participação social e política remonta a incorporação da idéia de solidariedade vinculada ao projeto, de corte neoliberal, de Reforma do Estado. Parece ocorrer uma subversão do conteúdo de radicalidade presente nas idéias de participação, cidadania e solidariedade, desconectando-os dos princípios de igualdade e solidariedade quando nos processos de descentralização, a sociedade civil é chamada para gestão das públicas a partir de uma ótica instrumentalista, ou dito de outra forma a partir da prescrição de um Estado Mínimo<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Os processos de descentralização política, sobretudo, no Brasil, por serem muito recentes, de 1998 para cá, precisam ser analisados sob diferentes aspectos, e um deles, salientado pela economia neo-institucional, diz respeito a abertura do setor público para os interesses e ambições do *rent-seekers*. Termo cunhado por Gordon Tullock e por Anne Krueger para referir-se a grupos de pessoas que conseguem “capturar” rendas da ação do governo ou de outras instituições públicas e não através do mercado. Gordon Tullock, “The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies and Theft”, *Western Economic*”,

Dagnino (2002) argumenta que a participação poderá ser mais bem entendida se examinada não só nas relações internas e na diversidade que a sociedade civil, ainda, tende a esconder, mas também nas relações que essa participação mantém com a multiplicidade de dimensões e atores que compõem o cenário onde ela se dá. Para a autora isto evitaria as generalizações, quer positivas, quer negativas quanto à contribuição da participação da sociedade civil para a construção democrática, um processo sempre desigual no seu ritmo e no seu alcance, para usar suas próprias palavras.

Schejtman e Berdegué (2003) destacam algumas limitações para a descentralização na abordagem territorial: (a) o caráter idiossincrático dos processos que impedem o postular de rotas unidirecionais e universais; (b) o fato de que a descentralização paradoxalmente requer um poder central forte e uma relação ativa entre as instâncias nacionais, estaduais e municipais, (c) os governos municipais carecem de capacidades suficientes para arcar com as exigências das transformações produtivas; (d) a exemplo de outras partes do país e da América Latina, como referencia este autor, a carência em matéria de cidadania afeta as populações marginalizadas e limitam profundamente o sentido dos processos de descentralização.

## **7 Considerações Finais**

Ao cotejar a literatura sobre a Nova Economia Institucional e sobre desenvolvimento territorial aplicando-a ao quadro dos agentes presentes– Codeter podemos compreender o nível de esvaziamento que permeia esta instância de poder e decisão. Mesmo a maioria do poder executivo municipal, que inicialmente demonstrara grande interesse pela proposta, chegando a ensaiar alguma articulação no sentido de recompor as relações de força no território, e posteriormente aceitando compor o colegiado, de certa maneira ausenta-se das discussões políticas, dado o seu fechamento ideológico e

---

American Economic review, 64, 1974, pp. 291-303. Apud Wiesner, Eduard, La economía neo-institucional, la descentralización y la gobernanza local” Texto preparado para publicação no livro Descentralización fiscal em América Latina: nuevos desafios y agenda de trabajo, do projeto CEPAL/GTZ de descentralização fiscal na América Latina.

setorializado. A suposta idéia, corrente entre as organizações da sociedade civil, de que estas aplicariam com mais eficiência e eficácia os recursos financeiros que dispõe que o poder público, exemplifica o fechamento do colegiado. Esta pressuposição induziu a um alinhamento de agentes sociais de modo a orientar no PTDRS<sup>28</sup> que os recursos da rubrica do Pronat deveriam ser executados, preferencialmente, por instituições da sociedade civil com comprovada ligação com agricultores familiares.

Tal como aponta a Nova Economia Institucional, pudemos observar ao longo da análise apresentada que a matriz institucional que se faz presente no Colegiado Territorial da Serra do Brigadeiro foi constituída a partir de normas informais e formais de rechaço a entrada das idéias e agentes associados ao modelo de desenvolvimento capitalista. No campo das políticas de desenvolvimento rural pode-se dizer que nas últimas décadas tem-se produzido discursos que se estruturam a partir de pólos de oposição: agricultura saudável e agricultura envenenada, portadores do saber legítimo versus portadores do saber usurpador, enfim, discursos apaixonados e passionais, que dificultam a composição plural e intersectorializada dos colegiados dos territórios do MDA.

---

<sup>28</sup> Relatório da 2ª Oficina de Planejamento realizada nas dependências do CTA-ZM entre os dias 13 e 15/10/2004.



## 8 Referencia Bibliográfica

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRÖDER, Mônica. La Agricultura Familiar en el Sur de Brasil: Entre o Sector y Territorio. In: *Territorios Rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina*. RIMISP, Santiago de Chile: Catalonia, 2007, p. 316- 356.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação*. SOBER, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Para una teoria de los estúdios territoriales*. Disponible em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay>>. Acesso em: 4 abril. 2008.

BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Santos Junior, Orlando Alves dos [et al.]. (Org.). Rio de Janeiro: FASE, 2003. Disponível em [http://www.cultiva.org.br/gestao\\_participativa.php](http://www.cultiva.org.br/gestao_participativa.php) <acessado em 02/06/2008>.

BARBOSA, Willer Araújo; TEIXEIRA, Maria do Carmo do Couto; SOUZA, Dilenio Dustan Lucas de; et al. *De grito de vitória a pedido de socorro! Cooperação interinstitucional em prol da criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro*. In: *Simpósio [sobre] contribuições para elaboração do plano de manejo integrado e participativo do PESB e entorno*. Viçosa: UFV, jul. 2000. p. 42-46.

BARBOSA, Willer Araújo. *Cultura Puri e Educação Popular no Município de Araponga – MG: Duzentos anos de Solidão em Defesa da Vida e do Meio Ambiente*. Florianópolis, 2005 Tese Doutorado. UFSC, CED. 165 p.

BEDUSCHI FILHO, Luis Carlos e ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural SOBER, Juiz de Fora, MG. 2003.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. Disponível em: <[http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos\\_cientificos/2004/Beduschi\\_Abramovay.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2004/Beduschi_Abramovay.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2008.

BEBBINGTON, Anthony et al. Los Movimientos sociales frente a La minería: disputando el desarrollo territorial andino. In: *Territorios Rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina*. RIMISP, Santiago de Chile: Catalonia, 2007, p. 283-315.

BENGOA, José (Org.) *Territorios rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina*. Santiago de Chile: Catalonia, 2007, 603 p.

BERDEGUÉ J. A. e SECHEJTAN. A. *Desarrollo Territorial Rural Sustentável*. RIMISP, Santiago de Chile, 2003, 54 p.

BLASENHEIM, P. *Uma história regional: a zona da mata mineira (1870-1906)*. Sumário da tese de doutorado. Centro de Estudos Mineiros, V Seminário de Estudos Mineiros, UFMG/ PROED, 1982.

BONFIM, Verônica da Rocha. (2006) *Conflitos, Participação e Lições Aprendidas no Processo de Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB-MG)*. Viçosa: UFV, 2006 182 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Thomaz 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 322p.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, 361p.

BOUDON, Raymond (Org.). *Dicionário de Sociologia*. Trad. Antônio J. P. Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990, 256p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. Série Documentos SDT, n. 1. Brasília, DF: 2005.

Bueno, Newton P. “Possíveis contribuições da Nova Economia Institucional à pesquisa em História Econômica Brasileira: Uma releitura das três obras clássicas sobre o período colonial”. *Estudos Econômicos*, 2004. 34 (4) pp. 777-804.

Bueno, Newton P. “Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: Uma resenha temática sobre a Nova Economia Institucional.” *Economia*, Brasília, 5 (2) pp .361–420 julho/dezembro, 2004.

CAMPOS Ana Paula Teixeira. “Conquista de Terras em Conjunto”: Redes Sociais e confiança – A Experiência dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Araponga – MG. Viçosa: UFV. 2006 121 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2006.

CTA-ZM (Viçosa, MG). *Em defesa da vida e do meio ambiente*. Viçosa, 2000. 15p.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS (CTA-ZM) (2004a). *Território Serra do Brigadeiro — Sistematização e análise dos dados secundários*. Viçosa. 40p.

\_\_\_\_\_ (2004b). *Território Serra do Brigadeiro — Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS*. Viçosa. 80p.

\_\_\_\_\_ (2004c). *Território Serra do Brigadeiro — Diagnóstico participativo da realidade rural do território*. Viçosa. 171p.

COMERFORD, John Cunha; CINTRÃO, R. P. (1995), “Articulação Sindical da Zona da Mata Mineira” (mimeo.).

COMERFORD, John Cunha. Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ 2003, 406 p.

CONDRAF/MDA/SDT. *Referências para a formulação de uma política nacional de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais no Brasil*. Brasília, Cooperação MDA – CNDRS – NEAD – IICA, 2003.

CONDRAF. “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Série Documentos do CONDRAF N° 1, setembro 2005.

CONDRAF. “Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Série Documentos do CONDRAF N° 3, junho 2006.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. *Senado Federal*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

COSTA, Luciana Miranda. Sob o Fogo Cruzado das Campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia. Tese de Doutorado. Belém: UFPA, 2004.

COSTA, Luciana Miranda. O alerta verde: disputas de sentido e poder nas campanhas de prevenção a incêndios Florestais na Amazônia. In: Anais do VII Congresso de ALAIC. Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. La Plata: ALAIC, 2004.

COSTA, Luciana Miranda. Vilões ou vítimas: quem está sendo responsabilizado pelos incêndios florestais na Amazônia? *Comunicação em agro business e meio ambiente*. V. 2, N. 2, Julho de 2005.

COUTO, E. A. &DIETZ, J. M. Sugestões para criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Viçosa, MG: UFV e Instituto Estadual de Florestas

DAGNINO, E. (Org.) Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEAN, Warren. A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. Moreira, Cid Knipel. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang (ed.) Dicionário do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 211-228.

EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural do Estado de Minas. *Ação extensionista no contexto de objetos geográficos de importância sócio-econômica e ambiental: A questão ambiental em função da questão social*. . In: *Simpósio* [sobre] contribuições para elaboração do plano de manejo integrado e participativo do PESB e entorno. Viçosa: UFV, jul. 2000. p. 68-74.

FAVARETO, Arilson. SCHRÖDER, Mônica. Do Território como “ator” ao território como “campo”: uma análise da abordagem territorial na política de desenvolvimento

rural brasileira. *Paper* apresentado no XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina/PR, 2007.

FAVARETO, Arilson da Silva. Do Pronaf ao desenvolvimento territorial - elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. XII Congresso Brasileiro de Sociologia-Resumos. Belo Horizonte: SBS, 2005.

FAVARETO, Arilson & DEMARCO, Diogo. (2004), “Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: entre o capital social e o bloqueio institucional”, in Sérgio Schneider *et al.* (orgs.), *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FAVARETO, Arilson. (a) Agricultores, Trabalhadores - Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 21 nº. 62 outubro, 2006. p. 27 – 44.

FAVARETO, Arilson da Silva. (b) A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural. In: I Encontro da Rede Rural, 2006, Niterói. I Encontro da Rede Rural, 2006.

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do Desenvolvimento em Questão – Do Agrário ao Territorial. Tese de Doutorado. PROCAM/USP, 2006.

FÁVERO, Claudenir. **Plano Safra Territorial** do Território Serra do Brigadeiro – Minas Gerais. São Paulo/SP: Plural-SDT/MDA, 2006. 81p.

FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG In: Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação. São Paulo: Documentos do ISA nº 1, abril, 1996, p. 66 – 71.

FERNANDES, M.L.D., FIUZA, A. L. de C., ROTHMAM F. D. Territorios y procesos de construcción social de la “Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. In: Territorios Rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina. RIMISP, Santiago de Chile: Catalonia, 2007, p. 581-595.

FIÚZA *et al.* Uma Breve História das concepções de Desenvolvimento ao Longo dos Séculos.

FONTES, Luis Eduardo Ferreira *et. al.* (Org.) Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno. Anais do Simpósio [sobre] contribuições para a elaboração do plano de manejo integrado e participativo do PESB e entorno. Viçosa: UFV, 2000. 141 p.

GOMES, J. M. Crítica ao Desenvolvimento. *Revista Pegada Eletrônica*. V3 N1 out 2002.

GJORUP, G. B. Planejamento Participativo de uma Unidade de Conservação e do seu Entorno: o caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. Tese de Doutorado. Viçosa: UFV, 1998, 113p. (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1998.

GJORUP, G. B E FRANCO, F S. Planejamento de uso da terra e delimitação do PESB utilizando-se de informações geográficas. In: Anais do Congresso Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Salvador, BA, 1996

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. Niterói: EDUFF, São Paulo: Contexto, 2002.

IBGE. Censo Agropecuário 1995/1996

Instrução Normativa n.º 01/07 da Secretaria do Tesouro Nacional da Lei n.º 8666/1993,

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). Agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

LANNA, Ana Lucia Duarte. Transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. Campinas, SP; Brasília, DF. UNICAMP; CNPQ, 1988. 124 p.

LYRA, Carla. Ação Política e Autonomia: a cooperação não-governamental para o desenvolvimento. São Paulo: Annablume, 2005, 156 p.

LUXEMBURG, Rosa. La Revolution Russe. 1918. Disponível em <http://www2.cddc.vt.edu/marxists/francais/luxembur/revo-rus/rus4.htm> <acessado em 20/06/2008>

MAZZETO, Carlos. Conceito, bases e princípios do desenvolvimento territorial. 2004 (mimeo).

MENDES, Adriana Oliveira. *Relatório final do estudo propositivo do território Serra do Brigadeiro – MG*. Brasília/DF: IICA-SDT/MDA, 2005. 82p.

OLIVEIRA, João Carlos Lima de. Instituto Estadual de Florestas – IEF – MG. In: *Simpósio* [sobre] contribuições para elaboração do plano de manejo integrado e participativo do PESB e entorno. Viçosa: UFV, jul. 2000. p. 19-32.

ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994.

PÁDUA, José Augusto. Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra do Brigadeiro. Viçosa: CTA/ZM, 2005. 80p.

PORTES, Alejandro. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.º 33, 2000, p 133-158.

PRESNO AMODEO, N. B.. As armadilhas da participação: os desafios da extensão rural como ferramenta de desenvolvimento. *Oikos* (Viçosa), v. 18, p. 38-56, 2007.

RIBAS, R. Resumo Histórico dos Puks (Puris) da Serra do Arrepiados. hoje Serra do Brigadeiro. Documento Interno do centro de Pesquisa e Promoção Cultural

SABOURIN, Eric. *Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?.* Soc. estado., Sept./Dec. 2007, vol.22, no.3, p.715-751.

SACHS, Ignacy. “Estratégias de Transição para o século XXI” In: Bursztyn Marcelo, org *Para Pensar o desenvolvimento sustentável*, p. 29-56.

SACHS, Wolfgang, Dicionário do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e Novos Direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005, 303 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 678 p.

SANTOS, Milton - Por Uma Nova Geografia. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton – A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção 4ª ed. 1. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2004, 241 p.

SCHATTAN, Vera, FAVARETO, A.; GALVANEZZE, C.; MENINO, F. Foros participativos y desarrollo territorial en el Vale de Ribeira (Brasil). In: Territorios Rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina. RIMISP, Santiago de Chile: Catalonia, 2007, p. 459-481.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura FAMILIAR E INDUSTRIALIZAÇÃO: PLURATIVIDADE E DESCENTRALIZAÇÃO I Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, 208 p.

SCHRÖDER, Mônica. Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. São Paulo/SP: Plural-SDT/MDA, 2006. 23p.

SDT/MDA. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento. Brasília: Série Documentos de Apoio. N° 01, fevereiro 2006.

SDT/MDA: “Boas Práticas Territoriais”, Brasília, novembro de 2006.

SDT/MDA. Referencias para a Gestão Social dos Territórios Rurais: guia para a organização social, Brasília: Série Documentos de Apoio. N° 03, março 2006.

SDT/MDA. Referencias para a Gestão Social dos Territórios Rurais: guia para o controle social, Brasília: Série Documentos de Apoio N° 04, maio 2006.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. ed. aum, Brasília: MMA/SBF, 2004. 56 p.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A D. SPOSITO, E. S, SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, 18 p.

SUMPSI, José Maria. Desarrollo Territorial Rural: Relaciones entre las acciones transformaciones institucionales y productivas. In: Territorios Rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina. RIMISP, Santiago de Chile: Catalonia, 2007, p. 84 – 101.

TEIXEIRA, Elenaldo. Celso. Sociedade civil e participação no poder local. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2000, 416 p.

VEIGA, José Eli. Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do se calcula. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2002. 304 p.

VERGARA, Jorge. Teorias democráticas Participativas: un analisis critico. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales. Caracas: Universidad Central de Venezuela - N° 2-3 – Abril/Set 1998. 32p. Disponível em [http://www.cultiva.org.br/gestao\\_participativa\\_2.php](http://www.cultiva.org.br/gestao_participativa_2.php) <acessado em 15/05/2008>

VITARELLI, Camila Costa. A Concepção de Desenvolvimento Sustentável na atuação de ONGs no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, MG. Viçosa: UFV. 2005 108 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 87-145.

WANDERLEY, M. Nazareth B. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e o estudo preliminar sobre os pequenos municípios em PE*. Recife: IFPE, 2001.

XAVIER, Maria Esther de Abreu. A discricionariedade da administração pública na implementação de unidades de conservação de proteção integral. Viçosa: UFV, 2005 182 f. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, UFV, MG, 2005.